

**V CENTENÁRIO.
OS JUDEUS PORTUGUESES EN 500 ANOS
DE DIÁSPORA.
HERANÇA DE UMA NAÇÃO,
ESPERANÇA DE UM POVO**

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES
Universidade de Coimbra

Ocorreu no dia 5 de Dezembro o 5.º centenário da expulsão dos judeus de Portugal ordenada por decreto de D. Manuel I. Depois da saída de Castela em 1492, o mesmo viria a suceder entre nós, a pretexto de uma condição posta pela infanta D. Isabel, filha dos reis católicos, para se unir em matrimónio com o Rei Venturoso. Precisamente na altura em que os dois países ibéricos estavam profundamente envolvidos na empresa dos Descobrimentos, na qual a participação judaica se revelou (directa ou indirectamente) preponderante e em que os nobres ideais do humanismo, da tolerância e da paz irradiavam por essa Europa além, assiste-se na Península à irradicação das duas «nações», a judaica e a muçulmana, dos seus reinos. A questão religiosa levantada no séc. XVI e depois, mais agudizou este problema.

Como escreve J. Amador de los Ríos, infrutífera se tornou a intervenção de alguns conselheiros da coroa para afastar o rei de tão estranha decisão, «que feria igualmente os interesses do Estado e a fé da palavra real, empenhada com os judeus, ao sentar-se no trono». Alardeando ideais de justiça e equidade, apoiava-se na certeza de que, obstinados mais do nunca no ódio contra a fé católica, cometiam os judeus sem cessar contra ela grandes crimes; ao mesmo tempo, declarava que, como filhos de maldição no que toca à dureza e pravidade dos seus corações, apartavam muitos cristãos da verdadeira senda da religião de Jesus Cristo. Por estas e outras razões não menos graves e manifestas, havida deliberação amadurecida com os do seu Conselho e outros doutos letra-

dos, determinava-se, pois, a dispor e publicar as resoluções seguintes: deviam abandonar o reino, sob pena de morte e perda de seus bens para quem os acusasse; qualquer cristão que encobrisse perderia os seus bens para quem o denunciasse; os judeus podiam sair do reino com os seus haveres; ser-lhes-iam facilitadas as condições da saída; o rei pagaria os alugueres das aljamas aos seus proprietários.

Em 31 de Outubro de 1497 terminava o prazo estabelecido para a saída de Portugal. Mas algum tempo antes, o monarca levado por proselitismo doentio ordenou o baptismo das crianças hebraicas como menos de 14 anos «para que baptizadas nesse acto se distribuíssem por certas vilas e cidades do reino, onde lhes seriam ministrados os conhecimentos da doutrina cristã». Mas quebrado o sigilo, muitas famílias hebraicas mataram seus filhos para arrancá-los a tão cruel profanação e muitos matavam-se a si próprios para não serem cúmplices do sacrilégio, lê-se em Damião de Góis e em D. Jerónimo Osório.

O bispo de Silves na sua obra *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel* e Damião de Góis na sua *Crónica de D. Manuel* falam-nos deste caso. O bispo do Algarve D. Fernando Coutinho foi um dos que se opuseram, tendo escrito: «todos os eruditos, e eu entre eles, podemos demonstrar por varias autoridades e decisões legais que não se pode forçar os judeus a que aceitem a religião cristã, que é uma religião que requiere liberdade e não violência». Idêntica opinião teve Fr. Luís de Granada que criticou os «falsamente zelosos da fé, os quais têm acreditado que não pecam fazendo mal e dano aos que estão fora dela, quer sejam mouros ou judeus, ou hereges ou gentios». Entre nós, mais tarde, seria o Padre António Vieira —cujo centenário se comemora em 1997— o grande defensor da causa judaica.

Depois foi alterado o porto de embarque para complicar o problema. Dominava um tremendo fanatismo neste país que antes se havia revelado favorável à presença da «raça eleita», da qual tanto havia beneficiado. Portugal inseria-se a partir de então no esquema seguido por Navarra, Aragão e Castela, que deram os mesmos passos que a França e a Inglaterra, por exemplo, haviam dado anteriormente. Seguiu-se uma fase deveras difícil para os cristãos-novos: processos, autos-de-fé, afastamento de cargos, exames «de genere» por tudo e por nada, perseguições, etc. até se chegar ao termo da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos e à extinção da Inquisição. A Igreja e o Estado colaboravam nesse processo de oposição a tudo o que tivesse sabor a judaísmo em nome da fé e da unidade do reino, rejeitando a religião que havia sido a origem do cristianismo. A Inquisição, estabelecida em 1536, tornou-se o braço forte desse antagonismo e da pretensão de «limpeza de sangue» como sinal de identidade de um País. Também a Universidade de Coim-

bra foi duramente atingida pela saída dos judeus e pelas questões levantadas com frequência acerca dos cristãos-novos.

Tratando-se de uma data especial da nossa história, necessário se torna aproveitar a circunstância para reflectir sobre a presença judaica em território português, sobre o alto contributo prestado pelo povo hebreu em vários domínios, sobre os conflitos surgidos e o juízo actual sobre tão insólita decisão, extraindo de tudo o que sucedeu as lições para o nosso tempo, tão marcado pelo drama do Holocausto, perpetrado na dita *Europa cristã* e que eliminou seis milhões de judeus.

Já na segunda metade do séc. XV houvera noutros países expulsões idênticas. Em 1488 o ducado de Parma determinou a saída dos judeus. Na Provenza assistia-se desde 1475 a frequentes motins com os judeus até se chegar à expulsão em 1500. Em Dezembro de 1490, Luís o Moro decretava que todos os judeus deviam abandonar o ducado de Milão. Era um fenómeno internacional. E se recuarmos no tempo, chegamos a 1306, ano em que a França ordenava a saída dos hebreus, o mesmo tendo feito antes a Inglaterra em 1290. Mas já no séc. II, S. Justino escrevia contra o judeu Trifão, ao qual se seguiram outros polemistas, não sendo de olvidar que, igualmente, do lado hebraico se manifestava por vezes uma forte oposição ao cristianismo. Não se deve esquecer que ao longo da Idade Média vários foram os debates entre cristãos e judeus e não poucos conflitos surgiram um pouco por toda a parte. Se durante a presença muçulmana na Península, a convivência entre as três religiões monoteístas se revelou fecunda em todos os domínios, já depois com a formação dos vários Estados e com a afirmação cada vez mais acentuada de Roma, com as cruzadas e com a criação da Inquisição, ia desaparecendo esse equilíbrio e essa paz entre judeus, cristãos e muçulmanos. E contudo a Europa tanto ficara a dever ao valioso património judeo-árabe em diversas áreas da ciência e da cultura.

Em finais do séc. XV, vinha ao de cima um violento processo anti-semítico que culminaria com a expulsão forçada de dois povos (caso não aderissem ao cristianismo) que, muito antes da independência dos vários Estados peninsulares, neles se haviam instalado e à volta das suas mesquitas e sinagogas haviam vivido as suas convicções religiosas com uma fidelidade inquebrantável à tradição enraizada na Torah e no Corão. A pregação de S. Vicente Ferrer e a acção de Jerónimo de Santa Fé e depois de Torquemada muito contribuíram para incendiar os ânimos na luta anti-hebraica.

Como interpretar esta série de medidas anti-judaicas? Autores como Henri Kamen não hesitam em evidenciar que há que ter em consideração a existência de uma atmosfera escatológica de anti-semitismo internacional, que via na pressão contra os judeus a esperança da sua con-

versão e o termo da luta entre o cristianismo e o Anticristo, incarnado pelo judaísmo e pelo islamismo. Em 1496 saía em Zaragoza o *Libro del Anticristo*, no qual um humanista se interrogava «Como será isto dos judeus que até a Terra já não suporta e os vai expulsando de reinos em reinos!» Esta obra era o reflexo de outra intitulada *Epístolas* de Rabbi Samuel, editada em Itália em 1477, a qual predizia a destruição dos judeus como prelúdio do fim do mundo e da recuperação de Jerusalém. O ano de 1492 e depois o de 1496 enquadravam-se dentro dum marco milenário sobre cujo significado há evidências em todas as partes da Europa.

Também não é de esquecer que, por exemplo, em 1473 nos aparece em Constantinopla o mercador florentino Francesco de Meleto em discussão com rabinos eruditos sobre a vinda do Messias, assegurando-lhes que os judeus se converteriam se, durante o ano de 1484, não aparecesse o esperado Messias; os judeus viriam a converter-se em 1517 e os muçulmanos antes de 1536.

Fernando o Católico, que mostrava um certo interesse por estas ideias, coincidentes com os seus sonhos de libertar Jerusalém —uma questão sempre em aberto desde as cruzadas iniciadas em 1095— aproveitava-se da capitulação de Granada para pôr em prática a conversão dos judeus espanhóis. Assim terminava a *Reconquista* iniciada havia vários séculos.

As datas de 1492 e de 1496 colocam não poucas questões ao homem de hoje, em especial àqueles que se dizem adeptos de uma fé, nomeadamente os cristãos. Os direitos humanos, a tolerância, as liberdades de religião e de consciência - eis alguns aspectos a que nem a Igreja tem deixado de ser sensível, em particular depois do Vaticano II, que aprovou documentos importantes sobre as religiões não-cristãs, o ecumenismo e a liberdade religiosa. Como escreve Hans Küng, não pode haver sobrevivência sem uma ética mundial, não pode haver paz sem paz religiosa e não pode haver paz religiosa sem diálogo entre as religiões. E o diálogo religioso pressupõe o aprofundamento dos textos genuínos de cada crença bem como os seus conteúdos autênticos. Um projeto de Ética mundial aparece associado a esse esquema que pretende ultrapassar a crise instalada pela modernidade, cujas raízes remontam ao século passado. A nossa época tem de saber proceder à passagem para a pós-modernidade. Este é o imperativo que se coloca a todos, quando se aproxima o 3.º milénio, o qual tem de assentar em paradigmas diferentes dos actualmente admitidos. Religião, Ética, Paz e Diálogo - eis quatro alicerces fundamentais de primordial relevância, que foram incluídos na declaração sobre uma Ética mundial, aprovada no Conselho do Parlamento das Religiões do Mundo (Chicago, 1993).

A Carta Patente de D. Manuel I, de 5 de Dezembro de 1496, emanada de Muge, ficou como um dos documentos mais «estranhos» da nossa história. Tendo penetrado na Península possivelmente antes da era cristã, os judeus viam agora terminada a sua presença em Sefared (nome hebraico que designava a Península) e eram forçados ou a aceitar uma religião em que não acreditavam (originando o grupo dos cristãos-novos) ou a tomar o caminho do exílio. A Diáspora judaica procurou então novos lares nos Estados pontifícios, nos Países Baixos, na Turquia, no Norte de África e nas Américas. Os Países Baixos tornaram-se o lugar de acolhimento por excelência, tendo sido criada em Amsterdão (1675) uma sinagoga portuguesa que viria a ser um centro notável do sefardismo ibérico (oposto ao askhenazismo da Europa central), ao qual estavam agregadas escolas e a célebre biblioteca «Etz-Haïm». Nomes como Uriel da Costa, Baruch Spinoza, Menasseh ben Israel, Saúl Levi Morteira, António Ribeiro Sanches, entre tantos, engrandeceram com o seu saber e cultura a história hebraica por essa Europa fora. E ainda hoje se conservam nos vários territórios de acolhimento tradições muito peculiares, de que dão testemunho tantas publicações emanadas de comunidades dispersas um pouco por toda a parte. Com a criação do Estado de Israel (1948) muitos judeus de tradição sefardita tomaram o caminho de Leste e instalaram-se na sua nova pátria, a Terra dos Países.

No séc. XIX, depois da abolição da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos (1773) e da extinção da Inquisição (1821), assistiu-se ao regresso de muitos judeus a Portugal. Voltavam a um país onde haviam saído em 1496. Em Lisboa surgiu uma sinagoga (a «Shaarei Tikvá») e no Porto foram criadas a sinagoga «Kaddorie Mekor Haïm» e uma «Yeshiva» (Escola Religiosa) e o periódico «Ha-Lapid». Este renascimento hebraico muito ficou a dever a Samuel Schwarz, Francisco Carlos de Barros Basto, Abraão Amram, Joaquim Bensaúde, às famílias Levy, Ruah, Sequerra, Seruya, Anahory, Baruel, Benarus, Benoliel, Bensabat, Bensaúde, Esaguy, Abecassis e Amzalak. O reencontro de portugueses e judeus teria, aquando da segunda guerra mundial e do terrível drama do «Holocausto» (Choah), uma oportunidade deveras singular de se reforçar, sendo aqui justo mencionar o nome de Aristides de Sousa Mendes que, como cônsul em Bordéus, muito contribuiu para proteger os hebreus, facultando-lhes a entrada no nosso país.

O tema judaico tem sido objeto de excelentes estudos mas mais na sua dimensão inquisitorial ou econónima. Autores como Alexandreerculano, Samuel Schwarz, Moses Amzalak, António Baião, António José Saraiva e Isaac Révah contam-se entre tantos que se dedicaram a investigações sobre a Inquisição, os processos inquisitoriais e a questão dos cristãos-novos.

Mas não se podem esquecer os trabalhos voltados para outras áreas, através dos quais se foi procurando perspectivar de outra forma a história judaica e colher dela conclusões muito válidas de índole cultural, religiosa e filosófica. Henry Kamen, Ytzhak Baer, M. Kay-serling, Julio Caro Broja, E. Asthor, R. Barnet, M. A. Epstein, M. Kriegel - eis alguns dos investigadores de reputação mundial que muito têm contribuído para desenterrar do esquecimento a memória hebraica e a impressionante projecção que a sua criatividade alcançou ao longo dos séculos, em especial na Idade Média.

Também a arqueologia e antropologia se têm empenhado neste domínio, sendo de destacar o papel de Leite de Vasconcelos e do Abade de Baçal neste campo. E nos últimos tempos tem crescido esse interesse, de que é exemplo significativo a recuperação do legado judaico em Belmonte, Castelo de Vide, Tomar e noutras localidades.

Em Espanha que felizmente tem uma tradição de estudos hebraicos e árabes deveras brilhante, o centenário da saída dos judeus foi inteligentemente aproveitado para realçar o valioso património legado pelos filhos de Abraão à Península. O ano de 1992 que foi também o do centenário da descoberta da América e da tomada de Granada, a que a Exposição de Sevilha e os Jogos Olímpicos de Barcelona emprestaram uma dimensão peculiar, foi aproveitado para evocar o valioso património árabe e judaico, tendo sido constituído dois programas científico-culturais, designados por Al-Andalus e Sefarad, respectivamente sobre os muçulmanos e os judeus. Realizações de congressos, encontros inter-religiosos e publicações importantes - eis, em síntese, o que se fez durante 1992 na vizinha Espanha. Ou seja, pretendeu-se lembrar uma data histórica para avaliar pela positiva a presença dos judeus e muçulmanos na Península. Numa época como a nossa em que tanto se tem feito para restabelecer um clima de confiança entre os povos e em que as diversas Igrejas e confissões religiosas têm dado passos significativos para recuperar a confiança, revelou-se altamente positivo o trabalho realizado nesse sentido. As três religiões monoteístas —o judaísmo, o cristianismo e o islamismo— deram ao mundo uma triste imagem ao longo da história, servindo as convicções religiosas para gerar conflitos e guerras, quando afinal os seus objectivos, à luz da doutrina dos seus fundadores e da própria Razão, deviam conduzir para fomentar a paz entre os povos. Altamente válido foi o trabalho levado a cabo por Franz Rosenzweig, Martin Buber e ainda por André Chouraqui, aliado ao ideal do diálogo inter-religioso e do ecumenismo e à vontade de cooperação entre todos em áreas sensíveis para bem da humanidade como são a ética, a paz e a ecologia. A realização em 1991 no Escorial de um encontro sobre as três religiões monoteístas, organizado pelo Prof. Horacio Santi-

ago-Otero é um exemplo do interesse que o tema de diálogo tem merecido aos investigadores, que assim acompanham as preocupações das comunidades religiosas. O Concílio Vaticano II não esqueceu este emblema.

O património riquíssimo transmitido pela raça judaica merece ser enaltecido: a Bíblia e depois a vasta e rica série de obras de teologia, literatura, jurisprudência e ciências remontam a séculos distantes, com uma plêiade de nomes célebres, como Rashi, Ha-Levi, Ibn Gabirol e Maimónides, e o inconfundível tratado da Cabala; entre nós, são de mencionar a edição do *Pentateuco de Faro* (o primeiro livro a ser impresso em Portugal em 1487), Isaac Abravanel (exegeta e homem de Estado), Abraão Zacuto (autor do reputado *Almanach perpetuum* (Leiria, 1496), Yehudah Abravanel ou Leão Hebreu (autor dos célebres *Diálogos de Amor*, Roma, 1535), Samuel Usque (que escreveu a famosa *Consolação às tribulações de Israel*, Ferrara, 1553), a *Bíblia de Ferrara* (1554, dedicada a Dona Gracia Nassi, natural de Lisboa, mecenas e protectora dos judeus da Diáspora), Pedro Nunes, Garcia d'Orta e grande número de médicos ilustres, como António Luís e Tomás Rodrigues da Veiga; depois, lá fora, em plena Diáspora, especialmente em Amsterdão, surgiram intelectuais de reconhecida reputação, como Baruch Spinoza, Menasseh ben Israel, Oróbio de Castro, Amato Lusitano, Roderico de Castro e tantos mais. Essa herança científico-cultural apresenta-nos um panorama admirável de ilustres pensadores e realizações notáveis que muito dignificaram o génio hebraico. Esta vertente bem merece ser evocada quando passa o 5.º centenário da «saída» dos judeus de Portugal, que muito bem se pode relacionar com a efeméride dos Descobrimentos, como já se fez em 1994 com a valiosa exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, subordinada ao tema «Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora». Aliás, outras iniciativas de grande relevo têm marcado o interesse sempre crescente que a história dos judeus vem merecendo dos estudiosos e do público em geral. Recordamos a realização do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre a Inquisição (1987 e 1988) e o 1.º Colóquio Internacional da Associação Portuguesa de Estudos Judaicos (1995). «Os Judeus Portugueses em 500 anos de Diáspora: Herança de uma Nação, Esperança de um Povo» - eis um tema a exigir uma reflexão aprofundada na efeméride que ora se inicia, coincidente com a celebração do terceiro milénio da cidade de Jerusalém, donde no decurso do tempo irradiou a luz e a confiança que inspiraram a história hebraica e para onde se erguem os corações dos crentes na «Torah» nas horas boas e más da sua existência.

A Universidade de Coimbra, através do seu Arquivo, não podia deixar de assinalar o 5.º centenário do decreto Manuelino. A passagem pela

«Alma Mater Conimbrigensis» de alguns lentes ilustres, como Ambrósio Nunes, Tomás Rodrigues Navarro, Fabrício de Aragão, Francisco Vaz de Gouveia, Duarte Brandão e Francisco Caldeira, que eram de ascendência judaica, recordará sempre o inestimável contributo prestado por esses e por outros intelectuais que muito valorizaram a cultura portuguesa.

Ao evocar-se o decreto de D. Manuel que baniu do País a raça judaica, pretende-se essencialmente trazer ao pensamento a preciosa herança que ao longo dos séculos ela foi criando, a qual é merecedora de ser muito mais estudada entre nós, devendo a data que agora se recorda levar os investigadores e responsáveis das instituições de ensino a meditar sobre a grave lacuna que neste sector existe num país que tão ligado esteve à história judaica.